

# Congresso pode vetar o Orçamento

Jornal de Brasília • 9

Arquivo 07.06.88

## de 90

### Helival Rios

O Governo poderá ter surpresas desagradáveis durante a tramitação dos seus três orçamentos para 1990, que foram submetidos ao Congresso Nacional. Um grupo de parlamentares liderado pelo presidente da Comissão de Economia e Finanças, o ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, defende que seja feito apenas um orçamento tampão para cobrir o período de janeiro a junho de 1990, iniciando-se em julho um novo orçamento, já elaborado pelo próximo governo para o período de um ano. Se essa tese se fortalecer e se tornar vencedora, as propostas orçamentárias para 1990, elaboradas pelo atual Governo, seriam rejeitadas pelo Congresso, o que representaria um fato absolutamente inédito.

O presidente da comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho, porém, não acredita nessa hipótese levantada por alguns parlamentares. Para ele, a sua comissão vai examinar o assunto conforme determina a Constituição, e encaminhar no dia 7 de dezembro os orçamentos para

votação em plenário:

Segundo Cid Carvalho, não existe a hipótese de o orçamento não ser votado pelo Congresso. Já a hipótese de uma rejeição — admite — existe, mas ele a considera pouco provável. “Nunca houve uma rejeição do orçamento do Governo Federal pelo Congresso”, lembra.

#### **Despesas ocultas**

Os parlamentares que querem adiar a elaboração dos orçamentos federais para o próximo governo, como Francisco Dornelles, afirmam que os orçamentos encaminhados ao Congresso pelo presidente Sarney são absolutamente irrealistas. Eles constataram que há despesas ocultas, no valor de um outro orçamento (NCz\$ 282 bilhões, a preços de maio deste ano). Assinalam que isso é grave, pois o Governo tem o dever, de acordo com a Constituição, de adotar uma conduta de total transparência das suas contas, o que não está acontecendo.

Segundo esses parlamentares, os orçamentos do Governo encaminhados ao Congresso (orçamento fiscal, orçamento de seguridade social e orçamento de investimentos das empresas estatais) não fazem

qualquer menção a sua série de grandes despesas, tais como os ramos financeiros do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), de Angra I, dos subsídios creditícios concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As despesas que o Tesouro Nacional vai ter durante o ano de 1990 com estas rubricas, do tamanho de um outro orçamento, não constam em lugar nenhum, segundo constataram os parlamentares que, diante disso, consideram os orçamentos do Governo irrealistas, e uma peça de ficção.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento não quis, contudo, entrar nesses detalhes. Para Cid Carvalho, na próxima terça-feira serão designados os relatores para os três orçamentos, iniciando-se uma análise minuciosa de todos os seus valores. Somente depois dessa análise — disse o deputado — é que ele estará em condições de dizer se os orçamentos de 1990 são reais ou peças de ficção.

Cid Carvalho diz, contudo, que essa hipótese de se fazer um “orçamento tampão” pode ser descartada, pois não consta da nova Consti-

tuição. O que a Constituição determina é que os orçamentos encaminhados pelo Governo sejam examinados pelo Congresso, se for o caso emendados e, ao final, aprovados ou rejeitados. Mas não há hipótese de se propor um “orçamento tampão”.

Ainda segundo determinação constitucional, explicou Cid Carvalho, o Congresso é obrigado a votar o orçamento. Se isso não for feito até o final da legislatura, o Congresso será convocado extraordinariamente. Mas a votação tem que ocorrer. Explicou, em seguida, que não existe a determinação para o Governo gastar um doze avos por mês da receita orçamentária prevista, no caso de o orçamento não ser votado pelo Congresso. Não é isso. A norma de gastos limitados a um doze avos foi fixada para impedir que o atual Governo gaste nos últimos meses do seu mandato uma parte muito grande das receitas estimadas para todo o ano. Por isso, ele só poderá gastar no máximo um doze avos das receitas por mês, de modo a não comprometer a capacidade financeira do próximo governo.